

# OS CONFLITOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE VITÓRIA DA CONQUISTA - BAHIA - BRASIL E A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL: O FALSO MITO DAS ENCOSTAS E BAIXADAS.

Patrícia Amorim Silveira<sup>1</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

A produção do espaço urbano tem na sua essência as marcas da sociedade que o produz, sob o modo de produção capitalista, que se fundamenta na estruturação da sociedade em classes. O espaço também vai ser uma expressão material desse processo, portanto essa espacialização também representará as contradições e desigualdades sociais que são características de uma sociedade desigual.

A terra urbana sob o capitalismo vai assumir a função de mercadoria, que é privadamente apropriada e concentrada nas mãos de uma pequena parcela da sociedade, os proprietários fundiários, isso vai impossibilitar sua condição com bem de uso coletivo, assim as classes sociais desprovidas desse bem essencial, vão ocupar as áreas que são vistas como inapropriadas para a habitação, notadamente as que apresentam riscos potenciais de alagamentos e movimento de massa.

Diante disso a compreensão da questão ambiental urbana deve levar em consideração, sobretudo a produção desigual do espaço urbano e as questões de ordem social e econômica, tendo em vista que estas têm relação direta com a ocupação das áreas susceptíveis aos impactos danosos das precipitações.

A cidade de Vitória da Conquista sempre teve a drenagem urbana como um de seus problemas mais latentes, um elemento crítico dentro da questão da infra-estrutura. No entanto, com o decorrer dos anos, muito pouco foi feito no intuito de minorar os problemas que, de tão constantes, acabaram se tornando comuns.

Mesmo após a sanção do Plano Diretor Urbano Municipal não foi posta em prática uma política efetiva e adequada de ocupação do solo urbano, fato que se concretiza com a ocupação de áreas periféricas pela população de

---

<sup>1</sup> Mestranda do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia - Brasil.  
[patricyageo@gmail.com](mailto:patricyageo@gmail.com)

baixa renda, principalmente nos bairros situados na encosta da Serra do Periperi.

Devido à declividade acentuada, à falta de infra-estrutura (pavimentação e drenagem) e à característica arenosa dos solos, estas áreas estão sujeitas, principalmente no período chuvoso, a movimentos de massa que causam o desmoronamento de encostas instáveis, e também a fortes enxurradas que carregam sedimentos e lixo através das ruas e até mesmo às casas, que somados a estes problemas enfrentam ainda problemas estruturais na sua construção, causando muitas vezes o desmoronamento das mesmas.

O centro da cidade por sua vez, devido ao relevo rebaixado, às inúmeras nascentes aí localizadas, à impermeabilização do solo e, sobretudo, à drenagem deficitária, enfrenta sérios problemas de alagamentos que afetam sobretudo a vida das pessoas.

O município está assentado em áreas de terrenos pertencentes à unidade geomorfológica dos Geraizinhos (vasta área de relevo tabular formado por depósitos detríticos datados do Terciário e Quaternário), Patamares do Médio Rio de Contas, setor oriental do Planalto de Vitória da Conquista e parte do Pediplano Sertanejo (RADAMBRASIL, 1981).

Os solos arenosos, desprovidos de sua cobertura vegetal devido ao desmatamento acentuado, não se sustentam nas encostas e rampas de maior declividade (acima de 5%) favorecendo então processos erosivos com a formação de sulcos e voçorocas.

A discussão acerca das condições de vida nas cidades, bem como de parâmetros de crescimento que primem por uma ocupação coerente em termos espaciais tem ganhado cada vez mais espaço no meio acadêmico.

Percebe-se diante disto a importância de compreender a produção desigual do espaço urbano conjugado aos estudos climáticos para que se possa compreender as questões de ordem social e ambiental e a interface destes problemas para a cidade.

## **2. A ANÁLISE ESPACIAL DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL URBANA**

A Geografia é uma ciência que tem como objeto fundamental de análise a relação da sociedade com a natureza. Neste sentido busca compreender os

processos de apropriação e transformação da natureza ao longo dos tempos históricos, sendo o espaço geográfico a materialidade desse processo.

Para garantir sua sobrevivência o homem tem se apropriado da natureza de diversas formas, em alguns contextos essa relação ocorre de maneira harmoniosa, em outras a ação humana, é sobretudo danosa para o meio natural, pois para se territorializar é preciso transformar o meio ambiente para que as atividades humanas se estabeleçam. Neste sentido, sob o modo capitalista de produção, a natureza representa a possibilidade concreta de geração de riqueza, a partir da mediação do trabalho.

No contexto da sedentarização do homem, surge a primeira forma de dominação da natureza, através da agricultura, após acumular conhecimento sobre os ciclos naturais e tentar desenvolver suas técnicas de sobrevivência para se estabelecer em determinado espaço.

Assim enquanto ciência, a Geografia tem o espaço geográfico, como seu elemento central, seu principal objeto de estudo, para Santos:

O espaço geográfico é a natureza modificada pelo homem através do seu trabalho. A concepção de uma natureza natural onde o homem não existisse não fora o seu centro, cede lugar à idéia de uma construção permanente da natureza artificial ou social, sinônimo de espaço humano. (SANTOS, 2008, p. 119)

Desse modo é preciso compreender que esse espaço é essencialmente resultado da ação humana sob a natureza, sendo, portanto um espaço social, ou seja, o espaço do homem. É preciso compreender que esse espaço é essencialmente resultado e condição para a ação da sociedade em sua relação com a natureza sendo, portanto, um espaço social. A sociedade capitalista desigual em sua essência produzirá um espaço também desigual.

O espaço urbano se estrutura e reproduz no sentido da produção do capital, desta forma o processo de urbanização encontra-se inserido em um processo mais amplo de reprodução das relações capitalistas de produção, na medida em que é guiado pela necessidade do capital de gerar valor excedente.

A cidade aparece então como um bem material a ser consumido segundo as leis do capital e que possui, portanto, um valor, nesta perspectiva um valor de troca, como assinala Carlos:

Faz-se necessário repensar o uso do solo vinculado à teoria do valor, na medida em que se paga um tributo para fazer uso de uma determinada parcela do espaço; seja como mercadoria, local de produção, prestação de serviços, ponto de venda, etc. No caso do espaço urbano ele é um produto que possui valor de uso e de troca específicos: como produto do processo ele é mercadoria, como condição para produção, é capital (CARLOS, 1994, p. 85).

Partindo desta discussão pode-se afirmar que o espaço, enquanto mercadoria torna-se também um elemento reprodutor do capital e, portanto de gerador de desigualdades sociais, uma vez que o acesso ao solo urbanizado, servido de infra-estrutura, se torna hierarquizado. Novos espaços residenciais são produzidos nas periferias sociais que se transformam em locais destinados à reprodução de classes sociais de baixo poder aquisitivo.

A rigor, estas áreas correspondem a áreas que apresentam uma configuração geomorfológica peculiar e não apropriada para habitação (áreas de encosta ou baixadas) e, não raro, são identificadas como sendo áreas de risco, por isso são pouco valorizadas, sendo, portanto as porções do espaço urbano que restam as classes sociais desprovidas dos meios de produção e de um maior poder aquisitivo.

Partindo deste entendimento Carlos (1994) analisa a problemática ambiental partindo do pressuposto de que o processo de produção geograficamente desigual do espaço urbano, condição e meio para o desenvolvimento capitalista, condiciona os processos relacionados com a natureza.

Ao abordar os problemas ambientais urbanos no Brasil, Ferreira (1989, p.6) ratifica o que discute Carlos (1994) ao afirmar que “a análise dos problemas ambientais brasileiros não poderá ser desvinculada do modelo econômico adotado, procurando desvendar onde o modelo adotado e a ação política produziram impacto sobre o meio ambiente”.

A discussão deve, portanto partir da premissa que os problemas ‘ditos’ de ordem ambiental são na verdade de cunho político e econômico. O problema não está na natureza e sim no modelo de desenvolvimento desigual e contraditório adotado pela sociedade. O referido modelo promove a exclusão de grande parte da população que se vê obrigada a ocupar áreas sem infraestrutura adequada ao mesmo tempo em que equipara áreas para as quais a especulação imobiliária se volta.

O discurso do Estado, permeado pela lógica capitalista e ratificado pela mídia, se volta então contra a população menos favorecida, como se fossem estes os culpados por toda a problemática urbana, o que leva Carlos (1994) a afirmar que:

Nas informações mais gerais- divulgadas pelos meios de comunicação de massa, parece que apenas uma fração da população é altamente poluidora (a mais pobre), pois desmata para comer, mora perto do lixo ou não cuida do lixo, da higiene, etc. Do mesmo modo responsabiliza-se o consumidor final, não importando o extrato de classe, de determinados produtos como responsáveis pela poluição. Trata-se apenas da ponta do “iceberg”. Retoma-se continuamente o ideário do desenvolvimento e agora trata-se de torná-lo sustentável. Por outro lado, os agentes considerados como produtores - os que detém o capital e/ou os meios de produção-, não são, em geral, tidos como os responsáveis pela “produção da destruição”, até pelo contrário, são tidos apenas como os grandes agentes promotores do desenvolvimento. (CARLOS, 1994, p. 86).

Percebe-se então que, quando a produção do espaço urbano não é acompanhada por maiores investimentos (e distribuição equitativa dos mesmos) em infraestrutura e serviços básicos as desigualdades serão cada vez mais acentuadas.

### **3. AS PAISAGENS URBANAS COMO REVELADORAS DAS CONTRADIÇÕES NA PRODUÇÃO DESIGUAL DA CIDADE.**

O surgimento das cidades em âmbito mundial não pode ser considerado um fenômeno novo, desde a Antiguidade já existiam grandes cidades, como Roma, que abrigavam mais de meio milhão de habitantes. No entanto o fenômeno da urbanização, como essência no modo de vida urbano, torna-se homogêneo em quase todo o mundo somente a partir de meados do século XX uma vez que este processo está fundamentado no surgimento e consolidação da Revolução Industrial (séc. XVIII), que para se sustentar necessita de força de trabalho e mercado consumidor, ambos concentrados nas cidades.

No caso do Brasil, a migração da população rural para as cidades aconteceu em meados da década de 1960, tendo o processo de urbanização apresentado uma maior aceleração nas décadas seguintes, esse fenômeno denominado de êxodo rural esta relacionado à criação dos centros industriais, que carecem de força de trabalho e mercado consumidor, aliado a esse movimento o campo estava imerso na modernização da agricultura que também expropriou um considerável número de camponeses.

O estudo das características e dinâmica do espaço urbano são de extrema relevância no âmbito das diversas ciências, pois assumem, cada vez mais, um papel de destaque no meio científico uma vez que o processo de crescimento das cidades médias constitui a face mais marcante dos processos dinâmicos produtores do espaço no Brasil.

A Cidade é a materialização das relações sociais, em que ocorre a produção da vida cotidiana das pessoas e do arranjo espacial, decorrentes das atividades da dinâmica interna das cidades que orientam a construção do espaço urbano, a circulação de pessoas e mercadorias, e a moradia como uma necessidade humana básica, repleta de configurações complexas as quais obedecem à lógica da produção econômica comandada por diferentes agentes.

A Terra urbana tem que ser servida de infra-estrutura e serviços como rede de água, esgoto, drenagem, transporte, coleta de lixo, iluminação pública, equipamentos de educação, saúde, dentre outros. Por isso, a produção da moradia exige não apenas a terra, mas sim, terra urbanizada, em que há

investimentos que ofereçam condições viáveis de moradia. Segundo Rodrigues:

As características da habitação diversificam no espaço e no tempo ocasionando uma segregação espacial no seio da cidade, e não apenas nas estruturas das casas e terrenos. Esta diversidade deve-se a uma produção diferenciada da cidade e refere-se à capacidade de pagar dos possíveis compradores, tanto pela casa/terreno, quanto pelos equipamentos e serviços coletivos (RODRIGUES, 1997, p. 23).

A urbanização brasileira é decorrente do modelo de industrialização e desenvolvimento cujo resultado é uma dinâmica de modernização que recria exclusão social e segregação territorial para grande parcela da população. A extensão das redes de infra-estrutura realizada pelo poder público em direção às áreas distantes valoriza as áreas vazias localizadas neste trajeto, beneficiando as atividades especulativas e penalizando os moradores das periferias sociais.

Desde a primeira Lei de Terras de 1850 que a compra e venda constituiu-se como a forma básica de aquisição de terras no Brasil, substituindo o regime de posses até então vigente, sendo esse o principal divisor de águas, no acesso a terra, passando da relação de uso para a relação de troca, a terra passa a condição de mercadoria, o que vai dificultar o acesso das populações mais pobres a esse bem.

A seguir vieram os Códigos de Postura, os códigos de obras, as leis de zoneamento, de parcelamento do solo, de edificações que estabeleciam padrões ideais de cidade gerando um diferencial no preço das terras localizadas nas áreas abrangidas por estas leis em relação àquelas localizadas nas periferias sem regulamentação. Esse diferencial no preço da terra segregou territorialmente grande parte da população que não tinha condições de pagar pelo preço da terra urbanizada e bem localizada, produzindo o que Rodrigues (1997) chamou de: *a cidade formal*, legal e urbanizada, e a *cidade informal*, ilegal e desprovida de infra-estrutura.

As diferentes características revelam a diversidade do processo de construção da moradia e da própria cidade juntamente com suas classes sociais. A disparidade dos grandes conjuntos habitacionais, ou as grandes

mansões, casas inacabadas, favelas e cortiços mostram a cidade com seus bairros segregados, seja pela riqueza de uns ou pela pobreza da grande maioria. A paisagem urbana é uma evidencia da luta das classes sociais pelo direito a cidade, que historicamente foi negada a uma grande porção de pessoas.

Desta forma, Rodrigues argumenta que:

A Terra urbana é uma mercadoria que tem preço, que é vendida no mercado, e que não é reproduzível, ou seja, tem um preço que independe da sua produção. É uma mercadoria sem valor, no sentido de que seu preço não é definido pelo trabalho na sua produção, mas pelo estatuto jurídico da propriedade da terra, pela capacidade de pagar dos seus possíveis compradores (RODRIGUES, 1997, p. 17)

É necessário colocar uma premissa de análise que os preços fundiários são formados a partir de hierarquias de preços geradas pelas várias demandas dos agentes capitalistas que valorizam seus capitais através da utilização e da transformação do solo urbano. Desta forma a compreensão dos mecanismos de formação dos preços da terra e os efeitos na configuração espacial das cidades, necessariamente passa pela análise das relações entre valorização dos capitais e uso do solo.

A localização é identificada nesse processo, como o diferencial no que diz respeito ao preço da terra. Terrenos com mesmas dimensões e características topográficas, necessariamente não terão os mesmos preços a depender da sua localização na cidade. Segundo Rodrigues (1997, p. 19) esta diferenciação é decorrente da produção social da cidade, e permite aos proprietários se apropriarem também da renda diferencial da localização.

Assim, a utilização capitalista do espaço urbano é que confere à propriedade privada da terra um valor monetário, apropriada capitalisticamente, como condição de gerar a renda da terra.

A população de baixa renda, mesmo que tenha acesso à moradia por meio de políticas públicas, terá dificuldade de reter esse bem se não houver uma ampliação do estoque geral de habitações. A transferência da habitação para camadas de maior poder aquisitivo será inevitável se a própria classe média tem dificuldade de acesso à terra e à moradia. Assim, o acesso legal à



moradia está travado para a maioria da população, o que contribui para impedir o desenvolvimento urbano menos desigual. A valorização fundiária e imobiliária está no centro dessa problemática, o que ajuda a definir quem se apropria dos ganhos imobiliários, e quem tem o direito à cidade ou ao exílio na “não-cidade”.

A regularização fundiária, que asseguraria os direitos de cidadania, também tem enfrentado muitos problemas mostrando a distância entre a legalidade e a ilegalidade urbanística. Mesmo quando o município logra alcançar uma legislação que pretende ser mais justa, sua aplicação dificilmente extrapola as experiências pontuais encontrando dificuldades em vários níveis.

A moradia se constitui como uma necessidade humana básica a qual exige terra urbanizada, ou seja, terra urbana servida de infra-estrutura em condições viáveis de habitação. No entanto esta mesma infra-estrutura tem um preço que quase sempre é inacessível à grande maioria da população o que ocasiona uma segregação sócio-espacial.

A gama de serviços disponíveis em uma área por si só não condiciona o valor de uso do solo urbano, mas se associa ao fator localização à medida em que a segregação do espaço urbano torna ainda mais valorizadas as chamadas áreas nobres em detrimento dos bairros periféricos.

Neste bojo fica evidente o papel do Estado como agente promotor de políticas públicas habitacionais que assegurem o direito à moradia de forma permanente, abrangendo também as camadas sociais mais baixas, para tanto se faz necessária uma reforma fundiária que busque essencialmente a manutenção da população no local através da implantação de serviços básicos de infra-estrutura.

No caso específico da cidade de Vitória da Conquista, o Plano diretor Urbano de 1996/77 definiu uma política de uso e ocupação do solo urbano, ademais não tratou de forma específica a habitação popular voltada para famílias de baixa, ou nenhuma, renda o que obrigou as mesmas a buscarem soluções, que em grande parte das vezes, se deram no sentido de adquirir áreas desvalorizadas economicamente e de maior vulnerabilidade aos eventos naturais. Neste caso, observa-se ainda que, a desarticulação entre planejamento e gestão ocorre também com o Plano Municipal de Habitação Popular – PMHP -, criado em 1991, e não somente com o PDU 76/77.

A análise da espacialização das políticas habitacionais implementadas

pelas diversas esferas de poder e das ações da sociedade civil na cidade permite constatar que todos estes agentes contribuíram ao longo do tempo, especialmente nas décadas de 1980 e 1990, para o processo de segregação sócio-espacial da população por elas beneficiadas, uma vez que as mesmas foram alocadas nos limites da malha urbana, a exemplo dos loteamentos Henriqueta Prates, Renato Magalhães e Recanto das Águas, situados na margem externa do Anel de Contorno Rodoviário na zona oeste da cidade.

Almeida (2005) ao analisar as ações do poder público no tocante à habitação popular em Vitória da Conquista, afirma que:

(...) tanto as ações estatais (como a implantação dos assentamentos), quanto as ações da sociedade civil por ausência de alternativa (como ocupações urbanas, sobretudo, em áreas destinadas pelo macro planejamento da cidade para fins de área verde ou uso institucional), promoveram a concentração da população em áreas com intensa carência de infra-estrutura e equipamentos urbanos coletivos e, no caso das ocupações, também com alto risco de inundações, desabamentos e acidentes com a alta tensão elétrica, a exemplo do Anelita Nunes – Tanque Seco, Encostas do Conveima I e II, Pedrinha – Nova Esperança e Lagoa do Jurema. (ALMEIDA 2005, p. 169)

Neste sentido é possível constatar que problemas urbanos advindos de eventos naturais têm estreita ligação com a segregação sócio-espacial da população mais carente que se vê obrigada a ocupar áreas de maior risco ambiental devido à facilidade de acesso ao solo urbano nestes locais.

#### **4. A RELAÇÃO SOCIEDADE - NATUREZA NA PRODUÇÃO DA CIDADE**

O espaço urbano como resultado da ação das distintas classes sociais ao longo do tempo, considerando as alterações físicas geradas ao longo do processo de ocupação, imprime ao meio ambiente um caráter dinâmico onde a ocupação urbana desordenada torna-se responsável por alterações na paisagem decorrentes de movimentos de massa, desmoronamentos, inundações e erosão.

Desta forma os condicionantes naturais associados a práticas inadequadas, como a ocupação de encostas, são catalisadores de processos

erosivos através de chuvas concentradas, encostas desprotegidas e declividades acentuadas, associadas à ocupação humana em áreas de maior vulnerabilidade.

No caso específico dos centros urbanos, a ocupação desordenada pela população de baixa renda “empurrada” para áreas de encostas devido ao preço relativamente baixo do solo urbano nestas áreas, provoca a retirada da vegetação que recobre as encostas. Devido à forte declividade, associada às precipitações concentradas em alguns meses do ano, estas áreas tornam-se potencialmente susceptíveis aos movimentos de massa. O processo de urbanização desordenado das cidades originou todo tipo de problemas, relacionados principalmente, ao inchaço populacional, conforme salienta Zanella:

Uma análise do espaço das grandes cidades na atualidade, e em especial das cidades brasileiras, mostra como aspecto marcante a diferenciação dos espaços de acordo com as características sociais da população que predomina em cada um deles: é a segregação socioespacial, na qual, geralmente, os mais pobres tendem a ocupar áreas com frágeis condições ambientais, principalmente áreas de risco, cujo acesso é facilitado pelo baixo custo inicial da terra (ZANELLA, 2006, p.18).

A preocupação com as alterações produzidas pelo processo de urbanização na qualidade de vida nas cidades constituiu-se o principal alerta a iniciação do estudo do mesmo. Nesse contexto, a natureza com suas paisagens intocadas são transformadas pela intervenção humana, que tende a ser mais predatória na medida em que crescem os interesses econômicos relacionados à produção industrial.

O processo de urbanização revelou características singulares no caso brasileiro, merecendo destaque a consolidação das redes relacionadas com a hierarquia urbana, assim as cidades pequenas, médias e grandes estão ligadas.

Nessa dinâmica as cidades de médio porte assumem a função de cidade pólo, como Vitória da Conquista, se realçando muito na última década, no entanto as relações de produção, voltadas quase totalmente à reprodução econômica, desconsideraram a necessidade do planejamento e criaram uma “urbanização corporativa”, resultando em ambientes urbanos caóticos onde o

solo impermeabilizado e vastamente edificado, aliado a um precário sistema de drenagem e escoamento superficial acaba por não suportar fortes chuvas acarretando assim graves problemas a nível social e de infra-estrutura. Conforme Coelho:

Os problemas socioambientais (ecológicos e sociais) não atingem igualmente todo o espaço urbano. Atingem muito mais os espaços físicos de ocupação das classes sociais menos favorecidas do que os das classes mais elevadas. A distribuição espacial das primeiras está associada à desvalorização de espaço, quer pela proximidade dos leitos de inundação dos rios, das indústrias, de usinas termonucleares, quer pela insalubridade, tanto pelos riscos ambientais (susceptibilidade das áreas e das populações aos fenômenos ambientais) como desmoronamento e erosão, quanto pelos riscos das prováveis ocorrências de catástrofes naturais. (COELHO, 2005, p. 27)

## **5. AS CHUVAS ENQUANTO PROBLEMÁTICA AMBIENTAL URBANA.**

Dentre os fenômenos naturais a precipitação atmosférica constitui-se um elemento primordial para a perpetuação da água no planeta. Após um evento chuvoso as águas pluviais desenvolvem um processo de escoamento seguindo o curso de drenagem das áreas de maior altimetria para as áreas mais baixas, provocando diversas vezes escorregamento de encostas e alagamentos de ruas.

O impacto das precipitações constitui-se um dos problemas mais sérios do Sistema Climático Urbano (S.C.U.) devido, principalmente, aos problemas relacionados aos eventos de maior magnitude quais sejam, desmoronamentos de encostas e inundações (Zanella, 2006). Desta forma, as cidades brasileiras, que na sua grande maioria não dispõem de um processo de planejamento, têm enfrentado com relativa frequência, situações de emergência relacionadas com a precariedade dos sistemas de drenagem urbana de águas superficiais por ocasião de episódios pluviais concentrados.

Monteiro (2003) afirma que a “complexidade da questão e sua importância nacional exigem maiores considerações, no que concerne tanto à gênese do fenômeno como a seu impacto urbano, nos mecanismos de defesa” (p.55). Desta forma, segundo afirma Zanella:

As estratégias urbanas, no sentido de reagir a tais inconvenientes, [...] pressupõem tratamento em dois campos: planejamento e gestão do uso do solo e da infra-estrutura urbana. Entretanto, as cidades e áreas metropolitanas brasileiras apresentam deficiências crônicas nestes aspectos, pois crescem em proporção inversa à capacidade dos gestores de planejá-las e dotá-las de infra-estrutura. (ZANELLA 2006 p.34)

Faz-se necessário compreender a estreita ligação entre os desastres naturais e o ajustamento humano aos mesmos uma vez que estes envolvem a iniciativa e a decisão humana. Segundo Monteiro (2001) as inundações e os desabamentos de encostas não seriam tão desastrosos se a população de baixa renda não fosse obrigada a ocupar as áreas de risco.

O que está de acordo com Mendonça quando este afirma que:

[...] parece ficar cada vez mais evidente que os riscos e impactos tidos como naturais se repercutem com forte expressão sobre a população mais pobre do planeta; parece que os fenômenos do tempo lento (da natureza) impactam cada vez mais fortemente os homens que vivem também sob o tempo lento, ou seja, aqueles sobre os quais a materialidade dos avanços tecnológicos ainda não se expressou de maneira direta. Neste sentido [...] uma chuva torrencial que caía sobre a cidade de São Paulo [...], vitima muito mais os habitantes da várzea do rio Tietê e das favelas que os habitantes do bairro Jardins ou Alto de Pinheiros (MENDONÇA, 2004, p.188).

É necessário que haja, desta forma, um plano de atuação por parte do Poder Público em conjunto com outras entidades como ONGs e empresas privadas de forma que se possa prevenir e não apenas atenuar os impactos dos eventos chuvosos no sítio urbano, diante do que afirma Carmo *apud* Oliveira:

O que falta mesmo é as cidades se estruturarem melhor para conviver com um fenômeno que de tanto se repetir acabou se tornando normal. Elas não raro se formaram em locais totalmente impróprios – como cabeceira de grandes rios e em zonas de inundação normal de suas bacias – como aplicaram todas as receitas erradas de urbanização (CARMO, 2006, *apud* OLIVEIRA, 2002, p. 28)

Brandão ainda salienta que:

A junção de esforços coletivos (Poder Público e Sociedade Civil) buscando maior comprometimento dos atores sociais envolvidos na busca de soluções de problemas sócio-ambientais e em mitigar seus impactos é a grande mensagem deste final de século (e início deste), pois a intensidade destes está diretamente relacionada ao nível de desenvolvimento econômico e à capacidade dos administradores no gerenciamento de tais problemas nas regiões afetadas. (BRANDÃO, 2001, p.49).

É necessário compreender que a vulnerabilidade aos desastres naturais não se associa apenas às condições geológicas e geomorfológicas do sítio urbano, mas também, e principalmente, à condição socioeconômica da população que ali reside.

Desta forma faz-se necessária uma tomada de atitude advinda do Poder Público de forma que se possa criar uma estrutura urbana capaz de suportar as águas pluviais através sistemas de macro e micro drenagem eficazes, relocação da população que reside em áreas de risco dentre outras medidas preventivas.

## REFERENCIAS

ALMEIDA, Miriam Cléa Coelho. **Produção Sócio espacial da habitação popular nas áreas de assentamentos e ocupações na cidade de Vitória da Conquista -Bahia**. Dissertação de mestrado em Geografia - Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências. 2005.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A produção do espaço urbano**. São Paulo: Ed. Edusp, 1994.

COELHO, Maria Célia Nunes. **Impactos ambientais em áreas urbanas – teorias, conceitos e métodos de pesquisa**. *In*: Guerra, A.J.T e Cunha, S.B.(ogs.). Impactos ambientais urbanos no Brasil. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CARMO, Ângela Telma R. **Chuvras e sistema de escoamento superficial em Vitória da Conquista – Ba, aspectos físicos, sociais e econômicos**. Trabalho monográfico. UESB, 2006.

BRANDÃO, A.M. **Clima urbano e enchentes na cidade do Rio de Janeiro**. *In*: Impactos Ambientais urbanos no Brasil. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2001.

MENDONÇA, F. A. Riscos, vulnerabilidade e abordagem socioambiental urbana: uma reflexão a partir da RCM de Curitiba. *In*: **Desenvolvimento e Meio e ambiente**, nº 10, p. 139-148. Ed. UFPR, 2004.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6º ed. São Paulo: Edusp. 2008.

ZANELLA, Maria Elisa. **Inundações urbanas em Curitiba/PR: impactos, riscos e vulnerabilidade socioambiental no bairro Cajuru**. Ed. UFPR, Curitiba, 2006.